

SERTÃO DE EUCLIDES DA CUNHA

— FAMÍLIA E PODER: UMA LEITURA —

Vernaide Wanderley *

Eugênia Menezes *

INTRODUÇÃO

“É uma nova geografia que há que inventar, rompendo ainda divisórias entre disciplinas, com geógrafos abertos à literatura e à arte, e homens de letras a par da geografia.”

Armand Frémont

Recentemente, os estudos geográficos sobre o meio ambiente apontam a importância que a percepção do espaço assume quando se quer explicar fatos sob a ótica da ciência geográfica. Tal percepção exige a utilização de um arcabouço conceitual que envolva outras ciências, induzindo à formação de equipes multidisciplinares, num esforço conjunto em busca de uma verdade que tem como consequência a interpenetração e a ampliação dos saberes. Com isso, as fronteiras científicas da Geografia assumem uma nova dimensão. A partir dessa perspectiva, foi concebido o presente trabalho. Inicialmente, a geógrafa Vernaide Wanderley, atraída pela no-

* Autoras da pesquisa **Identidade do Sertão Brasileiro**, concluída em março de 1992 no Departamento de Ciências Geográficas da Fundação Joaquim Nabuco — Recife-PE, de onde foi extraído este trabalho.

va possibilidade de abordagem, entrou em contato com a doutora Livia de Oliveira, da Universidade Estadual Paulista — Campus de Rio Claro, São Paulo, onde, desde a década de 70, iniciaram-se os estudos de Percepção do Meio Ambiente, obtendo apoio à formação de um grupo no Recife que desenvolvesse trabalhos nesse campo, sob sua orientação. Em torno da idéia, filiou-se a socióloga Eugênia Menezes, também interessada no tema e, nas primeiras discussões, tornou-se evidente que ambas, escritoras e sertanejas, gostariam de desenvolver trabalho no campo literário e sobre seu lugar de origem, o sertão. A idéia foi acatada com entusiasmo pela orientadora, uma vez que ainda não tinha sido abordada nas teses que acompanhara até então.

A escolha da Literatura como área de estudo dentro da ótica da percepção do espaço legitimou-se à medida que se procedeu ao levantamento bibliográfico exploratório. Tuan¹, geógrafo humanista que elaborou proposições sobre topofilia, espaço e lugar, afirma:

A literatura, mais do que os levantamentos das ciências sociais, nos fornece informação detalhada e minuciosa de como seres humanos percebem seus mundos (...); os escritores (...) têm alcançado sucesso em expressar claramente as diferenças sutis na visão do mundo.

Tuan² declara ainda:

Uma função da arte literária é dar visibilidade a experiências íntimas, inclusive às de lugar (...). A arte literária chama a atenção para áreas de experiência que de outro modo passariam despercebidas.

O aprofundamento bibliográfico conduziu à reflexão sobre como traduzir objetivamente a obra literária. Como pinçar os aspectos pertinentes ao campo de interesse? Sobre esse

1 TUAN, Yi-Fu — **Topofilia — Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo/Rio de Janeiro, DIFEL, 1980.

2 TUAN, Yi-Fu — **Espaço & Lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo, DIFEL, 1983.

aspecto, foi consultada uma lingüística, Livia Suassuna. Ela apontou a Análise do Discurso como o meio mais eficaz na apropriação e entendimento das falas textuais, analisando a natureza complexa da linguagem, que preenche, além da função informativa, diversas outras no seio da vida social. Sendo, inclusive, uma das formas de ação ou representação social. Sensibilizada pela proposta, atrelou-se ao grupo na categoria de consultora.

A essa altura, uma convicção se instalava: a da possibilidade de interpretar o espaço sertanejo através da Literatura. Um levantamento preliminar apontou número significativo de escritores falando de sertões distintos, em tempos variados e gêneros diversos. Nesse sentido, passamos a conceituar sertão segundo a visão de Antônio Filho³: "para a geografia, o sertão no Brasil corresponde à vastíssima zona interior que começou talvez a ser penetrada ainda no século XVI, quando as fazendas de gado separaram-se das fazendas agrícolas".

O que saber desses sertões e como proceder à triagem de autores e obras? A primeira parte da pergunta levou as autoras a questionarem a **identidade** dessa área, misto de fortaleza e desolação, de bravura e pobreza, de conhecido e mistério. Desbravar essa identidade talvez fosse o cerne da questão, resgatando dos guardados intuitivos da infância um ponto passível de esclarecimento e compreensão.

Em discussão com a orientadora do trabalho, Livia de Oliveira, foram as autoras novamente alertadas para os vários sertões: da Paraíba, de onde são originárias; da Bahia; de Minas Gerais. Sertões secos e verdes, com características comuns e peculiaridades. A pertinência de tais observações levou-as a incluir, nos critérios de seleção dos autores, o cenário em que se desenvolveram suas obras, tentando dar-lhes representatividade no contexto sertanejo. O levantamento bibliográfico apontou-lhes a epígrafe de um ensaio fotográfico⁴: "Euclides, Guimarães, Suassuna — triângulo literário, mítico, telúrico e sertanejo". Sobre essa pista, constatando que representam os gêneros ensaio e ficção, escolheram, de Euclides, o jornalista carioca, a visão ensaística de **Os Sertões**,

3 ANTÔNIO FILHO, Fadel David — **O pensamento geográfico de Euclides da Cunha — uma avaliação**. Rio Claro: UNESP — Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 1990. Dissertação de Mestrado.

4 BISILLIAT, Maureen — **Sertões, luz e trevas**. Ensaio fotográfico. São Paulo, Rhodia, 1982.

única de não-ficção entre as três obras, que retrata a saga de Canudos, ocorrida na Bahia; de Guimarães, o mineiro neologista, o conto **Campo Geral** do livro **Manuelzão e Miguilim**; de Ariano, o criador de cabras paraibano, professor universitário em Pernambucco, a visão épica e mítica do romance **História D'O Rei Degolado nas Caatingas do Sertão, ao Sol da Onça Caetana**. No intuito de legitimarem sua escolha, convidaram, para consultora, a professora de História da Literatura, Flávia Suassuna. Nesse momento, todas admitiam a possibilidade de substituição dos autores, desde que outros nomes, preenchendo os critérios anteriormente estabelecidos (representatividade espacial e gêneros literários distintos) mantivessem maiores articulações entre si ou fossem mais significativos no contexto histórico da região.

A escolha das obras foi ratificada, uma vez que Euclides da Cunha, ao publicar **Os Sertões**, o fez num momento de ruptura da marcante influência européia na nossa Literatura, contribuindo para a exploração das grandes questões brasileiras. E, nesse ensaio, denunciou a indigência dilacerante e permanente de uma parte do Brasil, postura considerada como uma abertura para a grande revolução modernista de 1922. O segundo autor, João Guimarães Rosa, desponta num momento em que, ao experimentalismo dos primeiros passos modernistas, soma-se o regionalismo. A grande personagem passa a ser a linguagem: ao estilo quase jornalístico de Euclides da Cunha, segue-se a festa lingüística e imagística de Guimarães Rosa. E assim Euclides da Cunha, ao lado do regionalismo de 1930 e de Guimarães Rosa, deságua em Ariano e seu armorialismo — incansável revisitação e recriação do mesmo espaço (o sertão), através do mítico, da heráldica, da incorporação da cultura marginal popular.

As áreas que são cenário das obras de Cunha e Suassuna situam-se no semi-árido nordestino; a representada por Rosa, na região noroeste de Minas. Considera-se, fundamentalmente, que, na Bahia, em Minas Gerais e na Paraíba, o sertão é fator de entendimento do Brasil.

O referencial teórico para a percepção do meio ambiente, utilizado para identificar o sertão brasileiro, teve como ponto de partida as proposições de Tuan, expostas em suas obras **Topofilia**⁵ e **Espaço e Lugar**⁶. Para Tuan, "espaço" e

5 Op. cit.

6 Op. cit.

“lugar” são elementos do meio ambiente, profundamente relacionados, indicando experiências comuns. Os seres humanos necessitam de ambos, porque suas vidas se processam num movimento dialético de refúgio e aventura, dependência e liberdade. Assim, podemos pensar no espaço como algo que permite deslocamentos, e cada pausa no movimento faz com que a localização se transforme em lugar. O que se inicia como espaço indiferenciado vai adquirindo o estatuto de lugar, à medida que o conhecemos mais intimamente, isto é, quando o dotamos de valor ou lhe conferimos significado.

Os lugares são, portanto, núcleos de valor, que atraem ou repelem, em graus variados, os indivíduos e os grupos. O neologismo “topofilia” — “amor humano ao lugar” — é utilizado nas análises de Tuan. E, no sentido amplo, compreende todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Esse pode não ser a causa da topofilia, mas fornece o estímulo sensorial que, ao agir como imagem percebida, dá forma às emoções. A verdadeira topofilia, segundo as suposições do autor, se exercita em dimensões espaciais reduzidas e homogêneas. Pois, é mais fácil as pessoas se identificarem e se afeioarem a elas, do que às dimensões gigantescas e heterogêneas do espaço.

No enfoque deste estudo, não foi feita uma abordagem direta dos processos e relações sociais do sertão brasileiro, mas da visão de três escritores sobre ele, o sertão, captada através de quatro grandes categorias, assim conceituadas e caracterizadas:

a **Natureza**, como um cenário onde se desenvolvem as ações humanas, composta dos elementos água (rios, mar, chuva, vereda, etc.); fogo (sol, calor, chama, etc.); ar (nuvens, redemoinhos, ventania, pancada de vento, vento encanado, etc.); levam-se em conta, ainda, as referências à flora, à fauna e à natureza construída (estradas, campos de cultivo, casas, açudes, cacimbas, etc.); a **Família**, como grupo social básico; enquanto instituição, caracterizada por pai, mãe, filhos, parentes e agregados, com relações afetivas e/ou de compadrio, onde os membros guardam rigorosa fidelidade à amizade recíproca; o **Poder**, pelo que representa nas relações sociais e na produção do espaço, consistindo na superioridade pessoal

ou grupal baseada na força, tradição, prestígio, autoridade ou riqueza; a **Religião/Sobrenatural**, representando a dimensão transcendental do homem. Exercita-se de forma institucionalizada ou não, em torno da idéia de um ou vários seres sobrenaturais e de sua relação com os seres humanos.

Os conceitos da Percepção do Meio Ambiente apresentados até aqui podem ser encarados como concepções que rompem e suplantam a visão da Geografia Clássica — onde o homem ficava separado da natureza e, conseqüentemente, a realidade era apresentada sob dois ângulos: paisagem natural e paisagem sócio-cultural.

Considerando-se o elenco das categorias de análise, verificamos que tais conceitos davam suporte para uma parte das interpretações: contemplam as questões de valor, atitudes, afetos, conteúdos do inconsciente e representações, coadunando-se com uma das funções básicas da literatura — a de “emocionar” e, por excelência, “representar”. No entanto, essas questões dizem respeito à perspectiva individual, enquanto o trabalho se propõe a uma perspectiva mais abrangente, o que acaba por evidenciar a aplicabilidade limitada dos conceitos. Tuan, por exemplo, não considera, ou não explicita, a importância que o poder, nas suas mais diversas formas, inclusive o político, representa na produção do espaço/lugar. E ele é uma categoria relevante para a análise da identidade do sertão brasileiro.

A constatação dessas limitações levou a equipe a procurar conceitos complementares em outros autores, o que foi possível através das definições paralelas de “paisagem” e “território”, apresentadas por Raffestin⁷. Segundo ele, na visão clássica, a paisagem é aquilo que se vê como a casa do homem e ela pode também gerar **sensações e emoções**. Sua descrição é adjetivada e se restringe às formas e funções, ficando circunscrita ao plano do visto. Dessa forma, ela dissimula sempre uma territorialidade, isto é, a possibilidade de formação de um território.

Por outro lado, o conceito de território pode ser entendido como uma projeção, concreta ou simbólica, dessa paisagem, definindo-se não apenas através do valor, da atitude, do

7 RAFFESTIN, Claude. Paysage et Territorialité. *Cahiers de Géographie de Québec*, v. 2, n. 53-54, p. 123-124, sep./dec., 1977.

afeto, etc., mas, principalmente, pelo sistema de relações estabelecido entre os grupos e o exterior. Um sistema de relações dos mais variados tipos: simétricas, assimétricas, econômicas, de poder, entre outras, possibilitando aos grupos encontrar sua identidade, seu território, na medida em que se relacionam com o espaço. A linguagem do território é, portanto, a das relações. Hoje, o visto, conduzindo à descrição das paisagens, já não é suficiente para o conhecimento geográfico, pois a percepção social se desloca para o vivido — possível de se concretizar através dessas relações.

E, finalmente, em que consiste a identidade que se busca caracterizar? Nas obras estudadas, supõe-se representado um sertão. E o que dele diz Euclides, de similar e de diferente, no tocante à Família e ao Poder?

FAMÍLIA

A categoria Família, incluída entre as quatro que serviram de marco balizador na abordagem das obras estudadas, tem, na obra de Cunha, um aspecto pontual. Tratando-se de um ensaio, cuja temática fundamental é a luta desenvolvida em Canudos, no sertão baiano, não é de estranhar que a caracterização da família seja pouco freqüente. No entanto, foi possível extrair do relato referências às componentes familiares de Antônio Maciel, o Conselheiro, líder do movimento de Canudos. Não só de sua família consanguínea, mas também da família que constitui pelo casamento:

Nada se sabe ao certo sobre o papel que cobiça a Vicente Mendes Maciel, pai de Antônio Vicente Mendes Maciel (o Conselheiro), nesta luta deplorável. Os seus contemporâneos pintam-no como "homem irascível mas de excelente caráter" (...) O filho, (...) adolescente tranqüilo e tímido, (...) retraído, avesso à troça, (...) Todas as histórias, ou lendas entretecidas de exageros, segundo o hábito dos narradores do sertão, em que eram muita vez protagonistas os seus próprios parentes, eram-lhe entoadas em torno evidenciando-lhe sempre a coragem tradicional e rara. (121)

É interessante ressaltar que Cunha refere-se aos exageros dos narradores do sertão. A especificação parece con-

ter uma crítica incontida, pois seria desnecessária se o autor admitisse a transfiguração do real como uma componente intrínseca da narrativa. A observação deve ter sido feita no período anterior ao seu envolvimento com o sertão, quando ainda estava sob o forte impacto que lhe causaram a natureza e a gente sertanejas.

Nunca foi solicitado ou sugerido ao jovem Antônio, pela família, um comportamento audacioso e intrépido. Servia-lhe de breque, provavelmente, o caráter “irascível” e “rípido” do pai, embora “visionário”, o que geneticamente — já que o autor refere-se posteriormente à “tara hereditária” — ou por imitação, poderia ter sugerido o comportamento posterior de Antônio. Seus hábitos e posturas indicavam possibilidade de uma vida pacata. Não se pode subestimar, contudo, a influência que exerce sobre a formação do jovem o discurso dos mitos e heróis, não raro usados subliminarmente na construção de padrões de comportamento. Sobre ele recaiu o peso do implícito, do não-dito mas sugerido, sedimentando aspirações de grandeza e coragem, o que compensaria, a nível do idealizado, a timidez de Antônio.

A sugestão das narrativas, porém, tinha o corretivo enérgico da rípida sisudez do velho Mendes Maciel e não abalava o ânimo do rapaz. Talvez ficasse latente, pronta a se expandir em condições mais favoráveis. (121)

Até cumprir, segundo os padrões da época, seu papel na família de origem, ele foi um pacato cidadão, aprontando-se para constituir sua própria família, o que só concretizou após casar três irmãs solteiras que tinham ficado sob sua guarda. Envolveu-se, então, num “enlace que lhe foi nefasto” (121). Ao determinismo do meio, que enfatiza ao longo de seu ensaio, Cunha acrescenta uma afirmação também determinista, categórica, sobre a reviravolta ocorrida na personalidade do Conselheiro, anulando outras possíveis causas na interpretação da contradição evidenciada:

Data, daí (do casamento) a sua existência dramática. A mulher foi a sobrecarga adicional à tremenda tara hereditária, que desequilibraria uma vida iniciada sob os melhores auspícios. (...) Incompatibilidade de gênio com a esposa ou, o que é mais verossímil, a péssima

índole desta, tornam instável a sua situação, (...) a despeito das desordens no lar, ao chegar a qualquer nova sede de residência procura logo um emprego, um meio qualquer honesto, de subsistência. (121)

Nota-se já em tudo isto um crescendo para profissões menos trabalhosas, exigindo cada vez menos a constância do esforço; o contínuo despear-se da disciplina primitiva, a tendência acentuada para a atividade mais irrequieta e mais estéril, o descambar para a vadiagem franca. (122)

Em nenhum momento a mudança de comportamento do Conselheiro significa, para Cunha, o alvoroço de inquietações interiores e anteriores: a identificação de outros interesses, o desenvolvimento de potencialidades de liderança, o exercício de uma personalidade carismática. O autor ressalta, sempre, as "qualidades" do caráter do Conselheiro, que persistem, apesar de suas "taras", da "péssima índole" da esposa e de "um enlace que lhe foi nefasto". Pergunta-se: podem os desencontros de um casamento ser responsáveis pelas mudanças de comportamento ocorridas? Pode o caráter da mulher ser associado, com conotação causal, aos fatos subseqüentes à separação? Não seria isso uma posição simplista, além de machista? Não será exagero enfatizar com adjetivos tão contundentes, na gênese do movimento de Canudos, uma infidelidade conjugal e os romances dos cantadores sertanejos?

Este período de vida mostra-o, todavia, aparelhado de sentimentos dignos. Ali estavam, em torno, permanentes lutas partidárias abrindo-lhe carreira aventureira; em que poderia entrar como tantos outros, ligando-se aos condutícios de qualquer conquistador de urnas, para o que tinha o prestígio tradicional da família. Evitou-as sempre. E na descensão contínua, percebe-se alguém que perde o terreno, mas lentamente, reagindo, numa exaustão dolorosa. (122)

Atipicamente, Antônio abdica do prestígio tradicional da família — o que se inclui no discurso do autor como mais uma qualidade do personagem —, e o relato dessa abdicção

é, não por acaso, seqüenciado pela descrição de sua queda, já que, por certo, o prestígio familiar funciona como esteio, pilar, escora. Suas desditas culminam com o desenlace conjugal:

Foge-lhe a mulher, em Ipu, raptada por um policial. Foi o desfecho. Fulminado de vergonha, o infeliz procura o recesso dos sertões, paragens desconhecidas, onde lhe não saibam o nome; o abrigo da absoluta obscuridade. (122)

A frase “o abrigo da absoluta obscuridade” serve de contraponto à situação posterior, quando o Conselheiro, líder consagrado pelo povo, torna-se centro das atenções, embora não intencionalmente, como sugerido:

Ao passar em Paus Brancos, na estrada do Crato, fere com ímpeto de alucinado, à noite, um parente, que o hospedara. Fazem-se breves inquirições policiais, tolhidas logo pela própria vítima reconhecendo a não culpabilidade do agressor. Salva-se da prisão. (122)

Não é com esse episódio que se encerram os reveses familiares de nosso personagem, que chega ao cúmulo de ferir um parente que o hospedara, atitude imprópria dos padrões sertanejos, pelos quais os laços de sangue são fortemente valorizados. Como se não bastasse isso, o imaginário popular o envolve em história fantástica, que contribuiu na construção de sua lenda. “A multidão (...) remodelava-o à sua imagem. Criava-o. Ampliava-lhe, desmesuradamente, a vida, lançando-lhe dentro os erros de dois mil anos”. (123)

(...) diziam-no assassino da esposa e da própria mãe.

Era uma lenda arrepiadora.

Contavam que a última, desadorando a nora, imaginara perdê-la. Revelara, por isto, ao filho, que era traído; (...) Aconselhou-o que fantasiasse qualquer viagem, permanecendo, porém, porque veria, à noite, invadir-lhe o lar o sedutor que o desonrara. Aceito o alvitre, o infeliz, cavalgando e afastando-se cerca de meia légua, torceu depois de rédeas, tornando, furti-

vamente. (...)

Ali ficou longas horas, até lóbrigar, de fato, noite velha, um vulto aproximando-se da sua vivenda (...)

Abateu-o com um tiro.

Penetrou, em seguida, de um salto, no lar e fulminou com outra descarga a esposa infiel, adormecida.

Voltou, depois, para reconhecer o homem que matara ... E viu com horror que era a sua própria mãe, que se disfarçara daquele modo para a consecução do plano diabólico.

Fugira, então, na mesma hora, apavorado, doído, abandonando tudo, ao acaso, pelos sertões em fora... (124/125)

Com essa história, “traço vigoroso de originalidade trágica”, o povo se compensava da “desgraciosa figura esquelética, o anacoreta sombrio”; (...) “face escaveirada”; “olhar fulgurante”; “monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano”, (...) “mal-assombrado...” O quadro seria mais complexo se a tudo isso se somasse a honra ferida não lavada com sangue, como exigido pelos padrões locais da época.

Pouco a pouco, a figura que passava sorrateira pelos sertões do Ceará, de Pernambuco, de Sergipe e da Bahia foi conquistando a admiração da gente, que lhe devotava respeito, capaz de transformá-lo em árbitro e conselheiro, assenhorando-se, pouco a pouco, de um poder que extrapolava os limites do natural e do conhecido: “Dominava-os, por fim, sem o querer... Aquele dominador foi um títere. Agiu passivo, como uma sombra. Mas esta condensava o obscurantismo das três raças”. Observação que mais uma vez configura o caráter determinista das colocações/argumentações do autor.

Podemos questionar até que ponto os percalços da vida familiar de Antônio — tanto no caso da opressão paterna em relação a expectativas de seu desempenho, quanto no desfecho inesperado de seu casamento — tenham influenciado na constituição de uma nova “família”, não na sua definição formal, que envolve laços consangüíneos, mas no seu sentido figurado, marcada na utilização das expressões clã e consangüinidade moral:

Já não seguia só. Encaçavam-no na rota des-norteada os primeiros fiéis. Não os chamara. (124)

Favorecia-o o meio e ele realizava, às vezes, como vimos, o absurdo de ser útil. Obedecia à finalidade irresistível de velhos impulsos ancestrais; e jugulado por ela espelhava em todos os atos a placabilidade de um evangelista incomparável. (133)

(...) e os casebres unidos, tornavam-no (Canudos) como vivenda única, amplíssima, estendida pelas colinas e destinada a abrigar por pouco tempo o clã tumultuário de Antônio Conselheiro. (139)

Na falta da irmandade do sangue, a consanguinidade moral dera-lhe a forma exata de um clã em que as leis eram o arbítrio do chefe e a justiça as suas decisões irrevogáveis. (142)

(...) a justiça era, como tudo o mais, antinômica, no clã policiado por facínoras. (144)

Pregava contra a República; é certo. (152)

Ao fazer alusão aos impulsos ancestrais, o autor remete aos impulsos gregários do homem; à necessidade de transmissão de idéias, sentimentos; à missão desse homem enquanto elo da corrente que é a vida e na qual cada um de nós se insere e quer marcar, na sua irremediável transitoriedade, uma permanência.

Naturalmente, algumas condições favoreceram o estabelecimento dessa nova família do Conselheiro. O autor considera algumas condições estruturais, por exemplo, "uma sociedade velha, uma sociedade morta, galvanizada por um doído" (152). Provavelmente, referia-se à incapacidade de mobilização dos cidadãos em torno de grandes ideais nacionais, de um envolvimento efetivo com o momento político e polêmico de criação da República. "Está na fase evolutiva (o jagunço) em que só é conceitual o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro" (152). Sobre o Conselheiro, afirmou que "reunia ao misticismo doentio todos os erros e superstições que formam o coeficiente de redução da nossa nacionalidade". Interpretando a relação do Conselheiro com seus seguidores, acha que estes desviavam-no do "indagar torturante acerca do próprio estado emotivo", representando um chamado para fora de si e de suas desditas e pondo-se a servi-

ço da coletividade, a caminho da redenção. Ainda segundo o autor, o prestígio que o Conselheiro começou a obter, devido em parte à incapacidade de uma sociedade primitiva para compreender a vida a não ser pelos milagres, provavelmente exacerbou seu caráter delirante.

O aglomerado constituía-se de população heterogênea e exótica; misturavam-se o crente fervoroso, o bandido, os matutes crédulos, os vaqueiros iludidos, mulheres, crianças, velhos e doentes. Num modelo de família patriarcal, estes esperavam ser guiados pelo pai que lhes fazia pregações e conselhos diários; "viviam parasitariamente da solicitude do chefe, que lhes era o santo protetor" (...) Trabalhavam na construção do arruado sem remuneração, como se constituíssem uma grande empresa familiar, cuja propriedade tinha a forma do coletivismo tribal. Registre-se que, na época e em áreas rurais, o trabalho familiar, no qual se inseriam cedo as crianças, não era monetarizado, mas a recompensa se estabelecia no momento da colheita. Esta, no caso da experiência vivida sob o comando do Conselheiro, tinha frutos diferentes, mas obedecia a princípios semelhantes. Muitos eram os seus "filhos": Joaquim Tranca-pés, Quim-quim de Coiqui, Antônio Fogueteiro, José Gamo, Fabrício de Cocobocó, Vila Nova, João Abade, Antônio Beato, este um dos mais próximos, espécie de "cabueta", informante das notícias do arraial.

A razão fundamental que congregou o agrupamento de Monte Santo nos parece identificável em pontos ainda hoje bastante atuais: a idealização de sistemas políticos e econômicos alheios aos interesses coletivos e dos quais as massas não participam, sobretudo por ausência do exercício da cidadania (situação agravada na época, pela ausência ou dificuldade de operação de canais de comunicação entre os diversos segmentos da população e mesmo entre as regiões do País); a falta de projetos comuns; a ausência de lideranças "terrenas", prevalecendo, no caso, as crenças em salvadores da pátria, a exemplo do Conselheiro, o grande Pai, de poderes messiânicos, capaz de conduzir a todos além da vida (que lhes foi contraditória).

Os movimentos messiânicos não surgem gratuitamente. No caso, que insatisfações ou frustrações motivaram esse comportamento?

PODER

Para iniciarmos uma análise do Poder, na obra de Cunha, é necessário admitir, antes de tudo, a perspectiva de-

terminista que o leva a conferir um poder maior ao meio físico, entendido como o responsável pela compleição e traços psicológicos do homem surgido naqueles sertões que ele descreve. E, por outro lado, também responsável pelas formas da luta que ali se trava, no final do século passado:

Perfeita tradução moral dos agentes físicos da sua terra, o sertanejo do Norte teve a árdua aprendizagem de reveses (...)
Atravessa a vida de ciladas, surpresas repentinas de uma natureza incompreensível (...)
É inconstante como ela. É natural que o seja.
Viver é adaptar-se. Ela talhou-o à sua imagem: bárbaro, impetuoso, abrupto... (95)

Se, num primeiro momento, essa natureza apresenta-se como madrasta, incompreensível, provedora de ciladas e surpresas repentinas, a relação que estabelece com o homem que forjou, à sua imagem, é profunda. Nos momentos difíceis, quem era algoz passa a ser cúmplice e mãe: “A força militar decai a um plano inferior. Batem-na o homem e a terra (...) aquela flora agressiva abre ao sertanejo um seio carinhoso e amigo”. (179)

Então, é no meio dessa natureza, ao mesmo tempo cruel e alcoviteira — na qual se mesclaram atividades de criação de gado e mineração —, que surgem o sertanejo-vaqueiro e o sertanejo-jaçunço. No dizer do autor, “(...) todo sertanejo é vaqueiro”. (96) E ainda, “(...) da envergadura atlética do vaqueiro surgira, destemeroso, o jaçunço” (162), “(...) saqueador de cidades (...)” (161). Dessa forma, os dois tipos se convertem, praticamente, em faces distintas do mesmo homem — o primeiro atuando na área rural, e o outro no âmbito das cidades —, e passam a compor: “A nossa história tão maisinada de indisciplinados heróis (...)”, sendo o jaçunço “(...) um dos seus mais sombrios atores”. (162).

Já que todo sertanejo era vaqueiro, quem era realmente ele no final do século passado — no qual se desenvolvem os acontecimentos narrados por Cunha?

Vejamos alguns trechos elucidativos:

O vaqueiro (...)
Atravessou a mocidade numa intercadência de catástrofes. Fez-se homem, quase sem ter sido criança. Salteou-o, logo, (...), o espanta-

Iho das secas do sertão. Cedo encarou a existência pela face tormentosa. É um condenado à vida (...)

Fez-se forte, esperto, resignado e prático. Aprestou-se cedo para a luta. (94)

Esse homem forte, esperto, resignado e prático, talhado para a luta, do qual a criança que era ele próprio fugira tão cedo, tinha ainda seus momentos de folguedos:

(...) largamente expandido nos **sapateados**, em que o estalo seco das alpercatas sobre o chão se parte nos tinidos das esporas e soa-lhas dos pandeiros, acompanhando a cadência das violas nos **rsgados** ... (94)

Eram momentos raros, é verdade, diz Cunha, porque logo "(...) perde o desgarre folgazão (...) e cai na postura habitual, tosco, deselegante e anguloso (...)" (94/95).

E, talvez — embora Cunha não faça essa referência —, por essa postura de homem tosco, deselegante, anguloso e resignado — em que pese a fortaleza e aptidão para a luta —, a permanente e profunda relação dele com a natureza não lhe tenha conferido o direito de propriedade da terra. Os grandes proprietários daquele sertão, à época, costumavam residir no litoral, transformando os vaqueiros em "servos submissos" dos que usufruíam "(...) parasitariamente, as rendas das suas terras, sem divisas fixas". (96).

E, lutando, e identificando-se apenas com a Natureza, esses vaqueiros ali permaneciam, compondo a leva de anônimos do sertão:

Graças a um contrato pelo qual percebem certa percentagem dos produtos, ali ficam, anônimos — nascendo, vivendo e morrendo na mesma quadra de terra — (...); e cuidando, a vida inteira, fielmente, dos rebanhos que lhes não pertencem. O verdadeiro dono, ausente, conhece-lhes a fidelidade sem par. Não os fiscaliza. Sabe-lhes, quando muito, os nomes. (96)

Embora considerando-se, praticamente, faces distintas do mesmo homem, vaqueiro e jagunço, alguns traços desse último — que, segundo o autor, era um saqueador de cida-

des e sucessor do garimpeiro que saqueara a terra — e a realidade que o cercava merecem registro, antes de nos concentrarmos nos diversos aspectos do Poder, que envolvem a luta principal daqueles sertões de final de século.

Todos os arraiais que compunham a área circundante de Canudos tinham “(...) a sua tradição especial e sinistra”. (163); ali imperava o “(...) velho regime de desmandos”. (164) — respaldado na disciplina dos bandidos; nos códigos de honra próprios dos jagunços:

Porque, há, de fato, uma ordem notável entre os jagunços. Vaidosos de seu papel de bravos condutícios e batendo-se lealmente pelo mandão que os chefia, restringem as desordens às minúsculas batalhas em que entram (...)

O saque das povoações que conquistam, têm-no como direito de guerra, e nesse ponto os absolve a história inteira.

Fora disto, são raros os casos de roubos, que consideram desaire e indigno labéu. (164)

Na verdade, a desordem ficava restrita às minúsculas batalhas em que entravam, e sendo as conquistas, por saque, um direito de guerra, a história os redimia. Dessa forma, isentos de culpa, o espaço onde depunham as armas se convertia em verdadeiro “território livre” para qualquer forasteiro, que, a princípio, os temia, depois era levado a reconhecer que existia uma “(...) notável nobreza entre aqueles valentes desgarrados” (164) — que estavam ali a exigir apenas o tributo de um cigarro. Confirmemos no trecho seguinte:

Não raro um mascate, seguindo por ali, com seus cargueiros (...) estaca — tremendo — ao ver um grupo de jagunços acampado (...)

Mas perde em momentos o medo. O clavinteiro-chefe aproxima-se. Saúda-o com boa sombra; dirige-lhe a palavra, risonho; e mete-lhe à bulha o terror galhofeiro. Depois lhe exige um tributo — um cigarro (...); e (...) deixa-o passar, levando intactas, a vida e a fortuna. (164)

Na sua “desordem disciplinada”, transigindo as leis vigentes, os jagunços formavam diversos grupos, conquistando

territórios distintos, nos quais exercitavam seus códigos de honra. Nesse sentido, como agia a Polícia no combate desse Poder do saque e da garra?

A ação da Polícia, diz Cunha, era “diplomática entre potências”, transformando-se numa “interventora neutra ante as facções combatentes”. (165) Agindo assim, a Polícia ratificava o forte e “perigoso” poder dos jagunços:

A justiça armada parlamenta com os criminosos; balanceia as condições de um e outro partido; discute; evita os **ultimatuns**; e acaba ratificando verdadeiros tratados de paz, sancionando a soberania da capangagem impune. (165)

O autor vai mais adiante nas observações e faz um paralelo entre o cangaceiro e o jagunço, afirmando que são produtos idênticos, com nomes diferentes. Constituíram, no sertão, sociedades irmãs, separadas apenas espacialmente — o cangaceiro incursionando para o sul, e o jagunço para o norte. São, portanto: “(...) forças, desvairadas, perdidas nos sertões”. (165) — e que vão se unir espontaneamente na Campanha de Canudos.

Antônio Conselheiro, personagem central da Campanha de Canudos, era descendente dos Maciéis, família cearense que, como a maioria dos sertanejos, dedicava-se à “vaqueirice e pequena criação”. Acabaram por se bater com a família dos Araújo, “latifundiários e criadores opulentos”. Uma luta de famílias, daqueles sertões turbulentos, a ressaltar:

(...) a prepotência sem freios dos mandões de aldeia e a exploração pecaminosa por eles exercida sobre a bravura instintiva do sertanejo. (...) ali surgem, intermináveis, comprometendo as próprias descendências que esposam as desavenças dos avós, criando uma quase predisposição fisiológica e tornando hereditários os rancores e as vinganças. (117)

Desse trecho é importante guardar que Antônio Conselheiro trazia consigo a bravura instintiva do sertanejo, e, pela ancestralidade, uma herança de rancores e vinganças. Somase a isso, na visão de Cunha, a presença da mulher “(...) sobrecarga adicional à tremenda tara hereditária (...)” (121);

esta, sendo raptada por um policial, acabaria por destruir de vergonha o Conselheiro, e, assim, “(...) o infeliz procura o recesso dos sertões (...)” (122).

É significativo o registro desses traços familiares, aos quais o autor confere importância, para se entender a formação da personalidade daquele que já surgia como um retrato desbotado de um novo Messias, e que — “Agiu passivo, como uma sombra. (...) E cresceu tanto que se projetou na História...” (123). Era amplo o seu domínio sobre as gentes do sertão, e por todos os locais elas o seguiam com dedicação incondicional. Conselheiro “(...) insurgira-se desde muito, atrevidamente, contra a nova ordem política e pisava, impune, sobre as cinzas dos editais das câmaras de cidades que invadira (...)” (167). Nas suas peregrinações pelo sertão, em todos os recantos, deixou o rastro de sua passagem: “(...) as torres de dezenas de igrejas que construíra (...)” (167).

Uma vez que o próprio Cunha afirma: “(...) o seu viver misterioso rodeou-o logo de não vulgar prestígio, agravando-lhe, talvez, o temperamento delirante” (123), cabem aqui as indagações. Foi a personalidade fascinante e cercada de mistérios de Antônio Conselheiro que determinou a amplitude de seu poder sobre as gentes do sertão? Foi sua insurgência contra a nova ordem política?

Procuremos, a partir da exposição do autor, respostas para a primeira questão.

Acreditamos, que, por mais fascinante fosse aquele homem, sua força teria implodido com o seu mistério, caso não tivesse sido associada à realidade específica dos sertões naquela época; e às necessidades da população que o cercava. E ele seria lembrado (ou não?) como um simples:

(...) anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa, face encaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos... (122)

Mas, consciente ou inconscientemente, Antônio Conselheiro conseguiu liderar aqueles, que, como ele, encontravam a identidade nas forças físicas do meio, por impossibilidade de uma integração harmônica com a sociedade, à qual perterciam apenas através de circunstâncias de tempo e de espaço; a mesma época, o mesmo sertão. É necessário, portan-

to, retomarmos os tipos humanos — vaqueiro e jagunço —, tão bem analisados por Cunha, para entendermos o porquê de Conselheiro não ser lembrado somente como um anacoreta sombrio, face encaveirada, olhar fulgurante, monstruoso...

De um lado, vimos os vaqueiros, ligados profundamente à Natureza, que os esculpiu à sua imagem, mas impossibilitados de possuir uma mínima parcela de terra; sendo conduzidos a uma passividade que os transformava em “servos submissos” dos “latifundiários e criadores opulentos”. Do outro, os jagunços, forjados também à imagem da natureza e destituídos dos meios legítimos de sobrevivência — o que acabava por provocar a revolta e fazê-los encontrar, no saque, a forma de se apropriarem dos bens materiais que a sociedade lhes negava.

É essa população que se converte nos seguidores incondicionais e fanáticos de Conselheiro. Gentes nas quais a prática das realizações humanas era por demais atrofiada; para quem o místico, o Divino, chega como o espaço do encantamento, o espaço do sonho, o espaço das possibilidades de realização a níveis supraterrâneos. E fica difícil afirmar se Conselheiro os dominava ou se eram dominados pelo seu encantamento, que o autor chama de aberrações:

Espécie de grande homem pelo avesso, Antônio Conselheiro reunia no misticismo doentio todos os erros e superstições que formavam o coeficiente de redução da nossa nacionalidade. Arrastava o povo sertanejo não porque o dominasse, mas porque o dominavam as aberrações daquele. (133)

Tentando responder à segunda questão, poderíamos dizer que as observações de Cunha confirmam que o exercício do poder de Conselheiro sobre as gentes do sertão foi possível pela realidade social que as envolvia; e não porque o mesmo combatia a nova ordem política — o regime republicano que se instala no País.

Vejamos no trecho:

Pregava contra a República; é certo.
O antagonismo era inevitável. Era um derivativo à exacerbação mística; uma variante forçada ao delírio religioso.

Mas não traduzia o mais pálido intuito político: o jagunço é tão inapto para aprender a forma republicana como a monárquico-constitucional. Ambas lhes são abstrações inacessíveis. (...) Está na fase evolutiva em que só é conceptível o império de um chefe sacerdotal ou guerreiro. (152)

Essas palavras ratificam também as do editor na Apresentação do livro: "O escritor pretende contar a verdadeira história de Canudos, (...) provando que Canudos não era um problema político, mas uma questão social" (3).

Vistos a importância do meio físico na formação do sertanejo; a personalidade de Antônio Conselheiro e os aspectos de seu poder como motivação para a comunidade o seguir, observemos como funcionava a "cidadeela" daquele homem pelo avesso — Canudos. Uma vez que, para as forças políticas locais, ela continha apenas um "grupo de fanáticos"; e, para as forças militares, ela convertia-se num "móvel de decomposição moral", afrontando autoridades e instituições. Essas concepções podem ser apreciadas, respectivamente, nos trechos "a" e "b":

- a. O governo baiano afirmou "serem mais que suficientes as medidas tomadas para debelar e extinguir o grupo de fanáticos (...)" (180)
- b. Contravinha o chefe militar (...), cumprindo-lhe não mais prender criminosos, "mas extirpar o móvel da decomposição moral que se observa no arraial de Canudos em manifesto desprestígio à autoridade e às instituições" (...) (180)

Depois de algumas perseguições da polícia, Conselheiro embrenha-se pelo sertão e acaba por chegar a Canudos em 1893 (136).

Tendo à frente aquele Messias desbotado, pela miséria e pelo sol do sertão, a comunidade que o seguia começa a demarcar o seu lugar, o seu território, modelando-o pela "(...) religiosidade do apóstolo extravagante". (142). A própria natureza abre o seu seio carinhoso e amigo; as serras que circundavam o arraial transfiguram-se em trincheiras contra a

ação do “governo maldito”, convertem-se no útero que abrigará seus filhos errantes — “Canudos era uma tapera dentro de uma furna”. (141).

A população do arraial começou a ser formada pelos mais diferentes elementos humanos — “crente fervoroso”; “bandido solto”; “matutos crédulos”; “vaqueiros iludidos”; “sinistros heróis da faca e da garrucha” (142/144) —, mas, rapidamente, transforma-se numa “(...) comunidade homogênea e uniforme, massa inconsciente e bruta (...)”. Irmanados pela fé, ou, segundo Cunha, pela “psicose coletiva”, todos passam a adotar o nome de **jagunço**. Essa identidade pela fé ou pela “consangüinidade moral” confere à população o estatuto de clã. Vejamos nas palavras do autor:

Na falta da irmandade do sangue, a consangüinidade moral dera-lhe a forma exata de um **clã** em que as leis eram o arbítrio do chefe e a justiça as suas decisões irrevogáveis. (142)

Os sinistros heróis da faca e da garrucha converteram-se nos “escolhidos” de Conselheiro, sendo, por uma contradição, que só o fanatismo explica, seus mais dóceis e fiéis discípulos. Assim, ele os convoca para compor o **staff** que lhe garantia uma “autoridade inviolável” e o auxiliaria no exercício de sua justiça de decisões irrevogáveis.

Embora a comunidade de Canudos partisse para o combate, guiada pelos “símbolos da paz: a bandeira do divino (...)” — “Seguíam para a batalha rezando, cantando (...)” (171) —, poderíamos dizer que, no interior do arraial, o clima era de “pseudopaz”, funcionando um esquema rígido de **dominação — repressão**⁸ — “Graças a seus braços fortes, Antônio Conselheiro dominava o arraial, corrigindo os que saíam das trilhas demarcadas”. (144). Para exercer seu poder, Conselheiro utilizava-se de mecanismos de coerção disciplinar, materializados na **poeira** — a cadeia, como chamavam os jagunços; “ali paradoxalmente instituída”, registra Cunha. A coexistência desse esquema de dominação-repressão com mecanismos de coerção disciplinar torna-se possível quando situamos Canudos no seu momento histórico — transição do século XIX para o século XX —, e entendemos a positividade do Poder exercido, através da aceitação dos castigos por par-

8 FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

te da população — que enxergava neles a forma de alcançar o perdão de Deus para a conquista definitiva do Reino dos Céus. Em sua prática, Conselheiro respaldava-se numa proposta de uma Nova Justiça, na qual os castigos eram orientados por códigos próprios, acabando por inverter por completo o conceito de crime.

Confirmemos nas análises do autor:

Inexorável para as pequenas culpas, nulíssima para os grandes atentados, a justiça era, como tudo o mais, antinômica, no **clã** policiado por facínoras. Visava uma delinqüência especial, traduzindo-se na inversão completa do conceito de crime. Exercitava-se, não raro duramente, cominando penas severíssimas sobre leves faltas. O uso da aguardente, por exemplo, era delito sério. (144)

Outro grande crime, para Conselheiro, era faltar às rezas, o que levava, inevitavelmente, os fiéis à cadeia.

Todos os sertanejos, que chegavam ao arraial, tinham como norma entregar noventa e nove por cento do que traziam consigo. Ali se estabelecia uma forma coletiva de propriedade, mediante os ensinamentos do chefe/profeta, que os levava a acreditar no pecado do “bem-estar mais breve”. Dessa forma, iam-se multiplicando os: “Voluntários da miséria e da dor”, que se tornavam “venturosos na medida das provações sofridas”. (143):

Por isso a propriedade tornou-se-lhe uma forma exagerada do coletivismo tribal dos beduínos: a apropriação pessoal apenas de objetos móveis e das casas, comunidade absoluta da terra, das pastagens, dos rebanhos e dos escassos produtos das culturas, cujos donos recebiam exígua quota parte, revertendo o resto para a **companhia**. (143)

Finalizando as observações sobre a estrutura interna da cidadela-Canudos, com o intuito de ratificar a afirmação de Cunha de que tudo lá era antinômico, vale registrar a posição de Conselheiro sobre o casamento. Era de se esperar que, naquela comunidade homogênea pela “fé”, religiosa à sua ma-

neira, fossem encontrados, pelo menos, alguns rituais de casamento — o que não acontecia. O autor comenta: “Porque o dominador, se não estimulava, tolerava o amor livre. Nos **conselhos** diários não cogitava da vida conjugal, traçando normas aos casais ingênuos”. (144). Conselheiro não estava preocupado com “preceitos vãos”, continua Cunha, mas em antecipar os últimos dias do mundo, “pelas provações e pelo martírio”.

Será que poderíamos — tentando uma explicação diferente da do autor — invocar os traumas pessoais do chefe/apóstolo, daquele grande homem pelo avesso, destruído de vergonha pelo insucesso na vida matrimonial, para entender a ausência desses rituais do casamento dentro de Canudos? Porque, antes de se instalar definitivamente nesse arraial, Conselheiro, em suas peregrinações, sem cobrar, “(...) promovia todos os atos de onde saem os rendimentos de clero: batizados, desobrigas, festas e novenas”. (130). E Canudos converteu-se no seu **lugar**, do qual era o Chefe, um chefe asceta, descasado por decepção com a mulher, a qual acaba sendo raptada por um soldado. E esse fato contribuiu para que Conselheiro procurasse o recesso dos sertões. Poderia ele preceituar o casamento em sua comunidade?

Como a Igreja convivia com aquele apóstolo dos sertões?

Os padres e vigários das localidades, por onde o “Santo endemoniado” passava, mantinham-se coniventes com ele e usufruíam das atividades e empreendimentos resultantes de sua permanência:

Os vigários toleravam com boa sombra os despropósitos do Santo endemoniado que ao menos lhes acrescia a cônica reduzida. (130) Reconstruíam-se templos abatidos; renovavam-se cemitérios em abandono; erguiam-se construções novas e elegantes. Os pedreiros e carpinteiros trabalhavam de graça; os abastados forneciam, grátis, os materiais indispensáveis; o povo carregava pedras. (130).

Houve tentativas de intervenção a nível hierárquico superior — o arcebispo da Bahia —, mas que se converteram em insucesso: “Antônio Conselheiro continuou sem embarços a sua marcha de desnordeado apóstolo, pervagando nos sertões”. (131).

Além da repressão legal da Igreja, vista acima, observemos outro aspecto desse tipo de repressão, o das forças armadas, tanto nos momentos que antecederam o assalto final a Canudos, como nele próprio — respectivamente, em 1896 e 1897.

As primeiras invasões, os jagunços logo perceberam que, contra a força das tropas regulares, eles teriam de usar sua “organização militar correlativa”, cuja base é a astúcia, cujo lema é “dividir para fortalecer” — “Atacá-los, atraindo-os para diferentes pontos, é vencê-los” (175). Uma fórmula contraditória, observa Cunha, um sistema primitivo herdado do africano e do índio. Para pôr em prática tal lema, os jagunços depositavam sua confiança na mãe, madrasta e cúmplice — a Natureza:

(...) as caatingas são um aliado incorrutível do sertanejo em revolta. Entram também de certo modo na luta. Armam-se para o combate; agridem. Trançam-se, impenetráveis, ante o forasteiro, mas abrem-se em trilhas multívias, para o matuto que ali nasceu e cresceu.

(...) As caatingas não o escondem apenas, amparam-no... (176)

Enquanto os elementos do Poder público — Estado e União — se batiam em discussões sobre a soberania do Estado, os adversários preparavam um contra-ataque enérgico.

O que acontecia, na realidade, era que o governo baiano não aceitava a intervenção federal na luta, afirmando que o fato caracterizaria uma ameaça à soberania do Estado, e uma incompetência da força estadual para manter a ordem. De fato, diz o autor, “A nação inteira interveio. Mas (...) pairou sempre, intangível, miraculosamente erguida pelos exégetas constitucionais, a soberania do Estado...” (181). As forças federais seguiam sempre reforçadas por tropas policiais, e sob as ordens do governo baiano.

O otimismo oficial da vitória contagiou os soldados, “homens de todas as cores, amálgamas de diversas raças” (...), que seguem para o combate com o seu peculiar “desapego à vida e o arremesso fatalista para a morte”. (231). Esse soldado: “Bate-se, então, sem rancor (...). Fã-lo, porém, de olhos fixos nos chefes que o dirigem e de cuja energia parece viver exclusivamente” (232). Essa dicotomia (o desapego à vida e os olhos fixos nos chefes) traduz, no nosso en-

tendimento, um traço de fanatismo, que, mesmo com perspectivas distintas, aproxima-os dos seguidores de Conselheiro.

Foi lamentável que os “nossos soldados” permanecessem exercitando essa admiração pelo avesso, esse fanatismo pelos chefes, pois, a partir de ordens — “(...) tácitas e explicitamente sancionadas pelos chefes militares”. (400) — eles passaram a agir não de acordo com a severidade das leis, mas com o sentido de pura vingança: “degolava-se”, “estripava-se”, com requintes de crueldade. Dessa forma, acabaram por transformar Canudos, não em uma campanha, mas numa “charqueada”:

Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalhando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsa esses preparativos lúgubres (...) Um golpe único, entrando, pelo baixo-ventre. Um destripamento rápido... (400)

É interessante registrar as observações de Cunha sobre o código de honra daquela chacina: as tropas, num gesto concessivo, poupam mulheres e crianças. O fato é louvável, mas vejamos como se processava na prática. Só eram poupadas as mulheres “tímidas”, as que não reagiam — “(...) em geral consideradas trombolhos incômodos no acampamento, atravacando-o, como bruacas imprestáveis”. (403). Por outro lado, as mulheres “perigosas”, ou melhor, as que não se deixavam abater e afrontavam aqueles homens com o Poder das fardas: “Não mereciam o bem-querer dos triunfadores”. (403). E Cunha narra o caso específico de uma mulher que, em plena argüição, depois de ser presa, manteve-se “desenvolta”, “enérgica”, “irritadiça”, fez “considerações imprudentes”; “E tinha a gesticulação incorreta, desabrida e livre”. (403). Os de farda não suportaram o afrontamento da mulher: “(...) aquele demônio de anáguas, aquela bruxa agourentando a vitória próxima — foi degolada...” (403). Conclusivamente, podemos afirmar que aquela “concessão” convertia-se numa atitude de força masculina.

Aliás, por toda a exposição, podemos concluir que a história de Canudos, a charqueada, segundo o autor, foi uma

prova de forças: dos homens sobre os homens; da natureza a favor dos seus filhos e contra forasteiros. Canudos foi um atentado público àquelas gentes simples, miseráveis e fanáticas do sertão; perpetrado pelos poderes constituídos — pagando para matar, depois silenciando indiferentemente. No entanto:

Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. (...) quando caíram os seus últimos defensores (...) Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados. (433)

O cadáver de Antônio Conselheiro foi desenterrado: o “único prêmio” aos triunfadores daquela guerra. O crânio decepado foi levado para o litoral, e, segundo Cunha: “Ali estavam, no relevo de circunvoluções expressivas, as linhas essenciais do crime e da loucura...” (434). Acreditamos que essas palavras — crime e loucura — simbolizam a batalha de Canudos; muito mais do que definem Conselheiro.



BIBLIOGRAFIA

- ANTÔNIO FILHO, Fadel David. **O pensamento geográfico de Euclides da Cunha: uma Avaliação**. Rio Claro: UNESP — Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 1990. Dissertação de mestrado.
- BLEY, Lineu Morretes. **Estudo de Paisagem Valorizada**. Rio Claro: IGCE, UNESP, 1990. Tese de Doutorado.
- BOUVIER, P. Représentation. **Sociétés**, Paris, v. 1, n. 1, dez., 1984.
- COLLOT, Michel. Points de Vue sur la Perception des Paysages. **L'Espace Géographique**, n. 3, p. 211-217, 1986.
- CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1979.

DARDEL, Eric. **L'Homme et la Terre**. Paris: PUF, 1952.

FAAR, R. Les Représentations Sociales. In: Moscovici, Serge et alli. **Psychologie Sociale**. Paris: PUF, 1981.

FRÉMONT, Armand. **A Região Espaço Vivido**. Coimbra: Livraria Almedina, 1980.

GENETTE, Gérard. **Figures I**. Paris: Seuil, 1966, p. 101-108: Espace et langage.

JOACHIM, Sebastien. A modernidade e o método interdisciplinar. CLIO — **Revista de Pesquisa Histórica** — UFPE. Série História do Nordeste. Recife, n. 12, p. 165-175, 1989.

MIRANDA, Maria do Carmo Tavares de. Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade do Seminário de Tropicologia. **Ciência & Trópico**. Recife, v. 14, n. 1, p. 27-31, jan./jun., 1986.

OLIVEIRA, Lívia de. Contribuição de Estudos Cognitivos à Percepção Geográfica. **Geografia**, v. 2, n. 3, p. 61-72, abr., 1977.

_____. **Estudo Metodológico e Cognitivo do Mapa**. São Paulo: Instituto de Geografia, USP, 1978.

_____. e outros. A Paisagem Geográfica de "Os Sertões". **Relatório da Expedição à Região de Canudos**, 1989. Inédito.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. **Identidad étnica, identificación e manipulación**. América Indígena, México, v. 31, n. 4, p. 923-953, out., 1971.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A linguagem e seu funcionamento. As formas do discurso**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983.

RAFFESTIN, Claude. Paysage et Territorialité. **Cahiers de Géographie de Quebec**. Quebec, v. 21, n. 53-54, p. 123-134, sep./dez., 1977.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo, DIFEL, 1983.

_____. **Topofilia — Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente.** São Paulo: DIFEL, 1980.

